

PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE PRESAS GRÁVIDAS

Andreza Gonçalves Barbosa

Mestranda em Ciência da Informação
pela Universidade Federal de Minas
Gerais.

E-mail:

goncalvesandreza@hotmail.com

Adriana Blogliolo Sirihal

Duarte

Professora Associada do Programa
de Pós-Graduação em Ciência da
Informação da Universidade Federal
de Minas Gerais

E-mail: bogliolo@eci.ufmg.br

RESUMO

O artigo apresenta um estudo das práticas informacionais de presas grávidas do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade da cidade de Vespasiano – Região Metropolitana de Minas Gerais, no qual o objetivo é compreender as práticas informacionais das apenadas, em particular suas estratégias para buscar, acessar, se apropriar e partilhar informação. A pesquisa apresenta caráter exploratório e natureza qualitativa. As técnicas de coleta de dados incluem observação participativa e entrevistas semiestruturadas. Para análise dos dados foram criadas categorias através da técnica de codificação com modelo misto (com categorias a priori derivadas de modelos teóricos e categorias a posteriori inferidas a partir dos dados coletados nos relatos das presas, através de indução e análise de conteúdo). Os resultados apontam que as apenadas se preocupam em obter informações sobre suas penas e acerca da saúde dos filhos, assim como procuram saber notícias dos companheiros, os quais na maioria das vezes estão presos. No que tange à leitura, muitas relataram que gostariam de ter acesso a leituras que remetessem ao universo prisional, sobretudo questões de direito.

Palavras-chave: Práticas informacionais; Presas gestantes; Estudos de usuários.

INFORMATION PRACTICES OF PREGNANT INMATES

ABSTRACT

This paper presents a study of the information practices of pregnant inmates of the Reference Center for the Private Pregnant Woman of the city of Vespasiano - Metropolitan Region of Minas Gerais, in which the goal is to understand the information practices of the prisoners, in particular their strategies to search, access, appropriate, and share information. The research presents exploratory character and qualitative nature. Data collection techniques include participatory observation and semi-structured interviews. To analyze the data, categories were created through the coding technique using a mixed model (with a priori categories derived from theoretical models and a posteriori categories inferred from the data collected in the inmates' reports, through induction and content analysis). The results indicate that the prisoners are concerned with

obtaining information about their sentences and about their children's health, as well as seeking news of their companions, who are often also imprisoned. Regarding reading, many of them reported that they would like to have access to readings that refer to the prison universe, especially issues of law.

Keywords: Information practices; Pregnant prisoners; Users studies.

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade (CRGPL) foi criado em 2009 pelo governo do Estado de Minas Gerais. É considerado modelo em nível nacional no que tange ao tratamento e cuidados especiais com presas grávidas e parturientes.

A proposta é que toda presa, ao completar o quinto mês de gestação, seja encaminhada para o Centro. No entanto, algumas são transferidas em idade gestacional mais avançada. Isso, na maioria das vezes, se deve a processos burocráticos no que tange a documentos, podendo ser também consequência da distância, pois muitas presas são oriundas de outras cidades do interior, necessitando de escolta especial para serem transferidas.

Após o nascimento, os filhos podem ficar com as mães no Centro até completarem um ano de idade. Caso a mãe permaneça no cumprimento de sentença, a criança é entregue à família da mesma. Em caso de recusa, a criança é encaminhada para um abrigo.

A lotação máxima do Centro é de oitenta mulheres. Na data da pesquisa (segundo semestre de 2017), abrigava 42 mulheres com idades que variavam entre 19 a 47 anos. A maioria dessas mulheres cumpria pena por tráfico de drogas.

No Centro, como em outras unidades prisionais, as presas têm acesso respaldado à continuidade dos estudos, assim como as analfabetas podem iniciar seu processo educacional na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estes requisitos são assegurados pela Lei de Execução Penal de 1984 (LEP/1984), estando dispostos em seus artigos 17, 18 e 18A, como elencados abaixo:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 18A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em

obediência ao preceito constitucional de sua universalização (BRASIL, 1984).

Isto é de extrema importância, principalmente ao se considerar que a informação cumpre um papel importante de mudança e “transformação social”, sendo direito do cidadão, e portanto devendo ser possibilitada por serviços públicos advindos do Estado (CABRAL, 2007, p.45).

Em complemento ao acesso aos estudos, o Centro possui uma biblioteca composta por livros variados. Apesar de a coleção contemplar diversos assuntos, existe uma predominância de livros religiosos e de autoajuda. Como em presídios não existe a presença do profissional bibliotecário, na maioria dos casos as bibliotecas ficam sob a responsabilidade de professores que ministram aulas nas escolas prisionais. No caso do CRGPL, o espaço é cuidado por uma presa. Assim como as questões educacionais, as bibliotecas prisionais também são aparadas pela LEP/1984 que em seu Artigo 21, dispõe:

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 1984).

Dessa maneira, tomando-se como pressuposto que, apesar da oferta do ensino e da existência das bibliotecas, o cárcere, por sua própria estrutura e condições limita o acesso à informação, o objetivo da pesquisa é compreender as estratégias utilizadas pelas apenadas do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade para buscar, acessar, se apropriar e partilhar informação, ou seja, suas práticas informacionais.

2 A MULHER E O CÁRCERE

A primeira penitenciária feminina do Brasil foi construída em 1941 na cidade do São Paulo. A administração ficou aos cuidados da Congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor d'Angeles. A referida Congregação foi escolhida por já possuir vasta experiência na administração e direção de estabelecimentos prisionais e reformatórios para mulheres na Europa e em vários países da América do Sul (ARTUR, 2011). A penitenciária seguia o modelo dos conventos a fim de manifestar nas prisioneiras sentimentos femininos e orgulho doméstico.

A penitenciária feminina só foi construída devido à promulgação do Código Penal de 1940, quando o governo solicitou a contagem das mulheres presas e percebeu que os números cresciam. De acordo com normas estabelecidas pelas freiras, as internas só teriam dois caminhos a seguir: o primeiro ditava que as internas deveriam comportar-se de maneira adequada, deviam aprender tudo que lhes fosse ensinado e assim, estariam aptas a retornar à sociedade e ao convívio com suas famílias; o segundo caminho era referente às internas idosas, solteiras ou que não tinham aptidão para o casamento, a estas restava-lhes o encaminhamento para a vida religiosa (FRANCA, 2013).

2.1 A gestante e o cárcere

O enigma que envolve a gravidez, a ansiedade, a insegurança de não saber se será uma boa mãe causam na mulher um sentimento de medo, além das modificações físicas ocasionadas na geração de outro ser. Nessa perspectiva, para que a mulher se sinta mãe, é preciso que a ela seja disponibilizado um espaço que lhe propicie uma “condição especial”, isso facilitará seu vínculo maternal (MARIN, 2014). O sentimento de dor, de culpa e até de vergonha pode ser amenizado quando estas mães pensam no passado e idealizam um futuro melhor para elas e seus filhos. Os sistemas prisionais foram e continuam sendo construídos no referencial masculino, privando estas mães de “exercerem sua maternidade de forma apropriada” (LOPES, 2004, p.149). No que tange às parturientes, a situação é ainda pior, muitas após terem seus filhos são encaminhadas às unidades materno-infantis que, na maioria das vezes, não possuem estrutura adequada, sendo locais escuros, mofados e abafados. Percebe-se que o sistema carcerário está preparado prioritariamente para homens.

2.2 A infância e o cárcere

A realidade crescente de mulheres presas aponta um dado significativo, o de que a maioria dessas mulheres são mães. Dessa maneira, existe um número considerável de crianças que sofrem com o encarceramento de suas mães. Constata-se que o encarceramento das mães “pode ser mais prejudicial para uma criança do que o encarceramento paterno” (SCHIRMER; NELLIS; MAUER, 2009, p.2). Os filhos de mães presas são mais propensos a abandonar a escola, cair na delinquência ou ficarem aos

cuidados, por exemplo, de entidades socioeducativas. Além disso, há as mulheres que se tornam mães durante o período do cárcere.

É grande a complexidade quando o assunto é criança e ambiente prisional. Ainda que estes ambientes sejam considerados hostis e impróprios para a criação de uma criança, existem vertentes que defendem ser benéfico para a criança estar junto da mãe e outros dizem ser maléfico. Neste caso, pode-se pensar no que dita o artigo 5 inciso XLV da Constituição de 1988, estabelecendo que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado[...]”. Até mesmo entre as leis específicas que tratam do assunto existem diferenças no entendimento do tempo em que a criança pode permanecer com sua mãe na cadeia.

A Constituição Federal de 1988 prevê que a presidiária pode permanecer com seu filho durante o período de amamentação (BRASIL, 1988). A Lei de Execução Penal de 1984 estabelece, em seu artigo 83, que à apenada será garantido o direito de amamentar seu filho por no mínimo seis meses (BRASIL, 1984). A mesma lei, em seu artigo 89, também estabelece que as penitenciárias femininas sejam dotadas de berçário e creche para acomodar crianças maiores de seis meses e menores de sete anos cuja responsável estiver presa. Já A Regra número 2 das Regras de Bangkok¹ estabelece o seguinte: “Antes ou no momento de seu ingresso, deverá ser permitido às mulheres responsáveis pela guarda de crianças, tomar as providências necessárias em relação a elas, incluindo a possibilidade de suspender por um período razoável a detenção, levando em consideração o melhor interesse das Crianças.” (BRASIL, 2016c). Devido à pluralidade das leis e normas (essa revisão não foi exaustiva), dessa maneira fica delegado aos próprios estabelecimentos prisionais o estabelecimento do tempo de permanência das crianças junto a suas mães no cárcere (MELLO, 2016).

3 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Foi entre as décadas de 1960 e 1970 que o termo práticas informacionais começou a aparecer na literatura. Porém, uma discussão mais acentuada a respeito do mesmo iniciou-se a partir da primeira década do século XXI (SAVOLAINEN, 2007). Segundo Savolainen (2007), o paradigma das práticas informacionais vislumbra a importância de

¹ Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas

enxergar o indivíduo comum inserido em um contexto social e que necessita e busca informação para o seu dia a dia, ou seja, fora dos ambientes de trabalho e acadêmico. Os indivíduos também precisam estar informados e, pensando nessa perspectiva, a Ciência da Informação estuda também as práticas informacionais e as diferentes formas de interação entre as pessoas com o objetivo de entender como elas se informam. Ainda segundo o mesmo autor, a base do conceito está situada na sociologia e antropologia. Da sociologia, Savolainen aponta os trabalhos de Anthony Giddens, que trata da dialética entre estrutura e ação em contextos sociais enfocando a importância dos sujeitos no processo de monitoração das rotinas cotidianas. Da antropologia, cita o trabalho de Lucy Suchman e Jean Lave, autores para quem aprendizado e conhecimento são construídos no cotidiano de forma coletiva e dinâmica.

Araújo (2017) ressalta que:

estudar as práticas informacionais constitui-se num movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas (os significados socialmente partilhados do que é informação, do que é sentir necessidade de informação, de quais são as fontes ou recursos adequados) e também as elaborações e perspectivas individuais de como se relacionar com a informação (a aceitação ou não das regras sociais, a negociação das necessidades de informação, o reconhecimento de uma ou outra fonte de informação como legítima, correta, atual), num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa (ARAÚJO, 2017, p. 221).

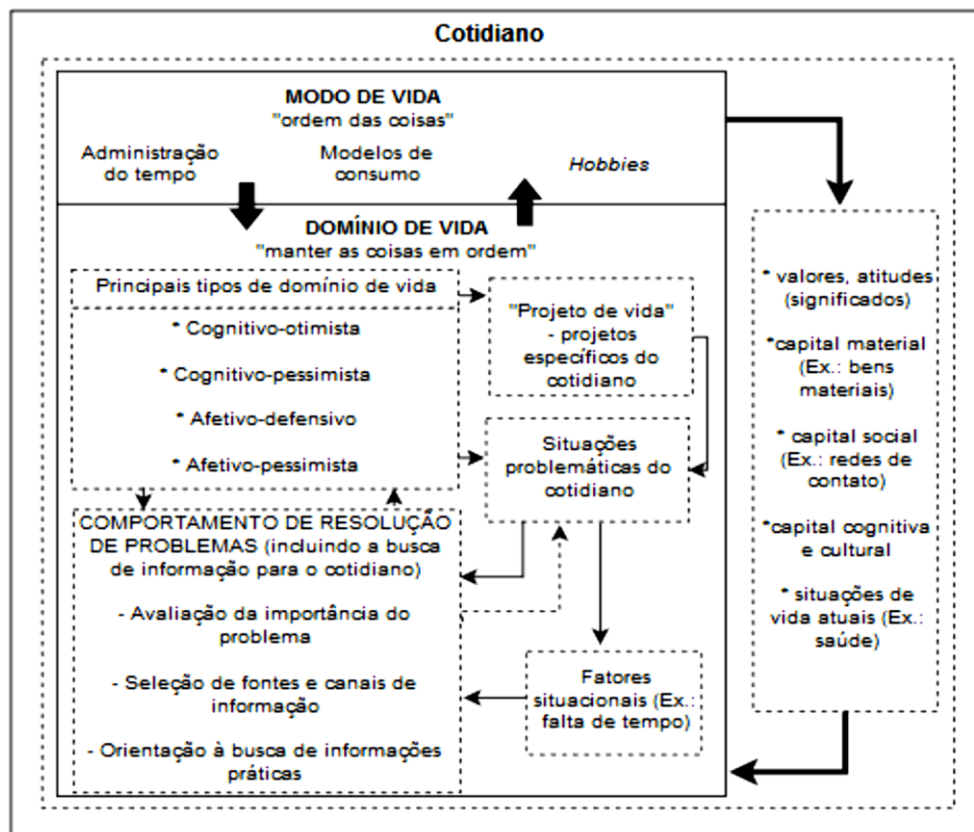
O autor chama atenção para duas características principais nos estudos das práticas informacionais: a questão das relações entre o individual e o social, ou seja, a compreensão de que o sujeito se relaciona com a informação num processo intersubjetivo em que se deve considerar ambas as dimensões, tanto a individual quanto a histórico-social, mas também a questão da natureza do processo do conhecimento. Os estudos de práticas informacionais refutam a ideia da existência de um “estado anômalo do conhecimento” ou de uma “lacuna informacional” que sirva de gatilho para o início de um processo de busca de informação. Eles compreendem que o sujeito está constantemente construindo conhecimento, motivo pelo qual se apoiam nas teorias socioconstrucionistas.

3.1 Busca por informação na vida cotidiana

Savolainen desenvolveu em meados da década de 1990 seu modelo de busca por informação no cotidiano denominado *Everyday Life Information Seeking*, cuja sigla é conhecida como ELIS. Um dos motivos culminantes no desenvolvimento do mesmo deu-se através da necessidade de se estudar como fatores sociais e culturais interferem na escolha e uso das fontes de informação. Outro fator que motivou a criação do modelo foi a elaboração de uma terminologia para determinar a natureza das ELIS, já que o modelo enfatiza questões relativas ao contexto *nonwork*, ou seja, fora do ambiente de trabalho (SAVOLAINEN, 2005).

Pesquisas apontaram que a maioria das pessoas preferem fontes informais para obterem informações relativas ao seu cotidiano, e que estas raramente procuram os serviços de biblioteca para suprirem suas necessidades informacionais (SAVOLAINEN, 1995). O modelo ELIS criado por Savolainen (1995) enfatiza e reconhece o contexto *nonwork*, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 1- Modelo de busca por informação na vida cotidiana



Fonte: Elaborado por Rocha; Duarte e Paula (2016), adaptado de Savolainen (1995).

As pessoas podem vir a ganhar modelos básicos de domínio da vida de acordo com a cultura e classe social das mesmas, estes moldarão seus hábitos de vida e lazer sendo aceitos como uma ordem natural das coisas. Os fatores que moldam o domínio de vida são as formas que as pessoas se orientam para resolverem seus problemas, “As experiências vivenciadas no cotidiano podem afetar a orientação informacional do indivíduo e levar a certos hábitos de busca de informação” (SAVOLAINEN, 1995, p. 265). Essas orientações podem ser tipificadas por duas dimensões:

1- Cognitivo versus afetivo: ligado à racionalidade na resolução dos problemas.

2- Otimismo versus pessimismo: relacionado à expectativa empregada na resolução dos problemas.

Essas dimensões geram quatro tipos ideais de domínios de vida com implicações para comportamento de busca de informações sendo estes:

Cognitivo-otimista: forte confiança nos resultados positivos da resolução do problema. Acredita-se que uma solução ótima pode ser encontrada. **Cognitivo-pessimista:** ao contrário do tipo anterior, aceitam-se restrições do problema e uma solução menos ambiciosa pode ser aceita. **Defensivo-afetivo:** há uma visão otimista na resolução do problema, contudo, fatores afetivos são mais preponderantes na busca de informação. **Afetivo-Pessimista:** o indivíduo não confia nas suas habilidades para resolver problemas da vida diária, evitando sistematicamente esforços para melhorar sua situação. (SAVOLAINEN, 1995, p. 265, tradução nossa).

3.2 Modelo Bidimensional de Pamela Mckenzie

O modelo de Práticas Informacionais de Mckenzie (2003) está pautado por uma abordagem construcionista. Tuominen; Tajla e Savolainen (2005, p.328), explicitam que, “o construcionismo social focaliza a conversa, a interação e o uso da linguagem em vários contextos”. No construcionismo social, construir versões da realidade entre nós e o conhecimento é algo que os indivíduos realizam em conjunto, dessa maneira, o construcionismo enfatiza a negociação dos significados empreendidos pelos sujeitos dando uma atenção primária à construção da realidade através do discurso, substituindo-se assim o monólogo pelo diálogo (TUOMINEN; SAVOLAINEN, 1997).

A pesquisa de Mckenzie (2003) envolveu 19 mulheres canadenses grávidas de gêmeos. A autora investigou a busca por informação, levando em conta para isso os relatos dessas mulheres. A importância de se utilizar da análise dos relatos é que relatos não

podem ser estudados apenas como um processo de representação cognitiva, mas sim como um importante contingente na função e avaliação do discurso, haja vista que o mesmo pode levar ao convencimento, defesa ou a culpa. (MCKENZIE, 2003).

As mulheres no estudo narraram uma variedade de práticas informacionais ao longo do encontro com as fontes. A partir daí a autora categorizou as buscas informacionais realizadas pelas mulheres, criando um conjunto de categorias que é composto por duas **fases** e quatro **modos** do processo de busca de informação.

Fases:

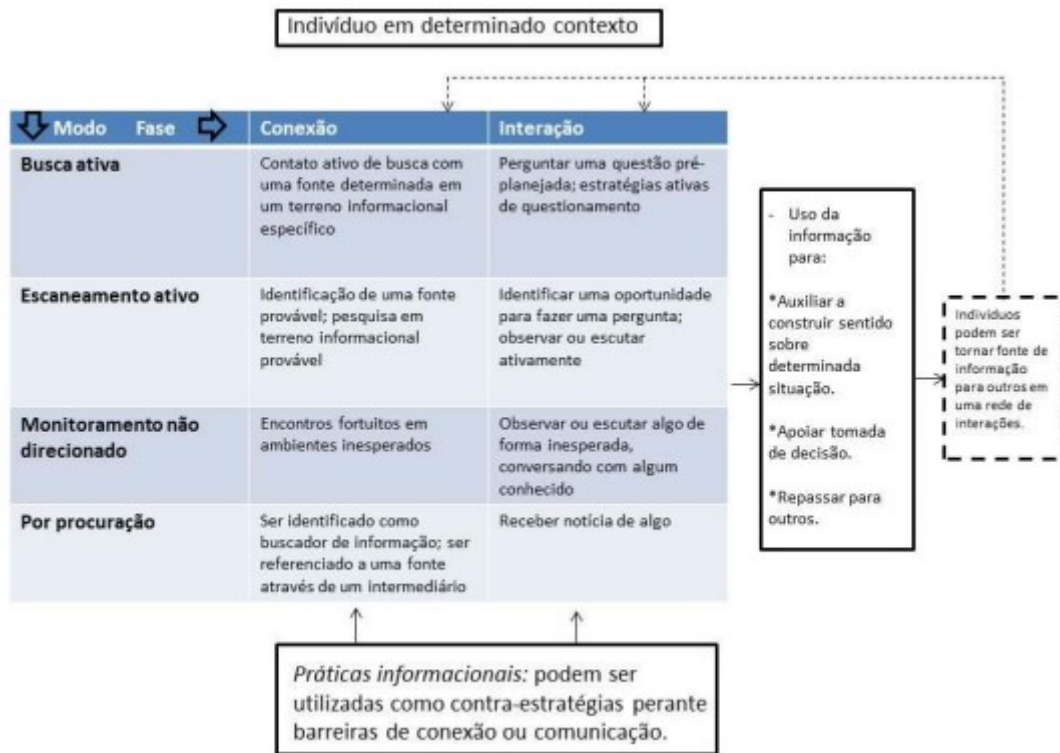
- **Conexão:** quando o sujeito tenta se conectar com uma fonte de informação. Atenta-se na descrição das barreiras e nas práticas de identificação dos contatos;
- **Interação:** identificação e estabelecimento efetivo do contato, quando o sujeito interage com a fonte fazendo suas demandas e obtendo respostas. Nesta fase o importante é o encontro real com a informação

Modos:

- **Busca ativa (*active seeking*):** busca específica em uma fonte de informação já identificada;
- **Varredura ativa (*active scanning*):** envolve a varredura em locais prováveis onde a informação possa ser encontrada;
- **Monitoramento não direcionado (*non-directed monitoring*):** encontro acidental com uma fonte provável sem estar procurando pela mesma; **Por procuração (*by proxy*):** informação obtida através de terceiros.

Em 2010, Yeoman propôs uma versão estendida para o modelo de Mckenzie (2003). A pesquisadora percebeu que o modelo de Mckenzie poderia ser testado em outros contextos como o de mulheres na menopausa, tema de sua pesquisa. No entanto, ao aplicar os resultados no modelo de Mckenzie (2003), Yeoman (2010), considerou que as práticas informacionais vão além de procurar e encontrar informação. Dessa forma, a autora incluiu o uso e o compartilhamento da informação. Abaixo, apresenta-se o modelo estendido.

Figura 2 - Versão estendida do modelo de Mckenzie (2003)



Fonte: Barros (2016), adaptado de Yeoman (2010)

3.3 Vida no “mundo pequeno”

Durante suas pesquisas, Chatman cunhou o termo “*life in the round*”. O termo significa viver em um ambiente restrito, em que costumes, crenças, atitudes são compartilhados, tornando-se comuns entre os indivíduos que nele vivem. Este mundo é regido por normas sociais que ditam as regras a serem seguidas, fato encontrado em sua pesquisa com presidiárias de uma penitenciária de segurança máxima nos Estados Unidos. Outro termo cunhado pela autora foi “pobreza informacional” (“*information poverty*”); para ela esta não é definida pela condição econômica/financeira das pessoas, mas sim, determinada por convenções sociais, falta de acesso a informação, auto proteção, quando as pessoas têm medo de demonstrar suas verdadeiras necessidades (CHATMAN, 1999).

Ao adentrar a penitenciária americana para estudar a vida das presas, a pesquisadora relatou que aquele ambiente era rico em informação e que a realidade diária é compartilhada. A pesquisadora concluiu que o interesse por informação na penitenciária estudada era relativo a questões de liberdade condicional, sobrevivência no

cárcere e saúde. Com relação às fontes de informação, presas mais antigas de cárcere ou as que estavam prestes a ganhar liberdade condicional, eram as mais procuradas. A autora percebeu também que as presas atribuíam um valor muito maior à informação que obtinham internamente entre si do que às informações vindas do ambiente externo.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização da pesquisa no CRGPL foi necessário obter autorização da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), além da aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP)². Portanto, cada apenas entrevistada assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

A pesquisa é de cunho qualitativo, obedecendo ao tema da pesquisa (objetivos/pergunta) que são reflexos da delimitação do espaço e grupo estudado. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a observação e a entrevista em profundidade. Foram entrevistadas 11 mulheres grávidas de idades gestacional variada e parturientes. Este número, segundo Moreira (2002), é suficiente em pesquisas qualitativas, uma vez que normalmente com esse número encontra-se a saturação amostral.

Os dados foram analisados através da análise de conteúdo, utilizando modelo de categorias misto. Primeiro aplicou-se uma codificação livre, gerando-se um conjunto de 5 categorias (subdivididas em subcategorias). Num segundo momento, as categorias foram analisadas à luz dos modelos teóricos que embasaram a pesquisa: do modelo de Savolainen, investigamos a questão da busca por informação no cotidiano, avaliando o comportamento das apenas na resolução de problemas e classificando os seus tipos de domínio de vida (cognitivo-otimista, cognitivo-pessimista, defensivo-afetivo, afetivo-pessimista). Com relação ao modelo estendido de Pâmela Mckenzie, procuramos verificar como as categorias que encontramos se adequavam (ou não) aos modos e fases da busca por informação ou aos casos de uso e compartilhamento descritos. Finalmente, da teoria de Chatman, verificamos como se deram as práticas informacionais na “*life in the round*” caracterizada pelo convívio das presas no CRGPL.

² Enviado ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFMG (COEP/UFMG) em 19/05/2016 e aprovado em 14/06/2017.

5 RESULTADOS

O quadro 1 apresenta as categorias codificadas de forma livre encontradas ao longo da análise dos dados.

Quadro 1- Categorias de análise

Grupo Temático	Categorias
6.1 Gestação	6.1.1 Relacionamentos/ companheiros 6.1.2 Descoberta e confirmação da gravidez 6.1.3 Gestação (informações dadas no curso, sexo e saúde do bebê) 6.1.4 Dificuldades da gestação no cárcere 6.1.5 Parto
6.2 Maternidade	6.2.1 Significado da maternidade 6.2.2 Maternidade dentro e fora do cárcere 6.2.3 Maternidade versus Paternidade
6.3 Sentimentos e emoções	6.3.1 Saudade (expressa por tristeza, depressão, ansiedade) 6.3.2 Arrependimento
6.4 Acesso à informação	6.4.1 Informações jurídicas 6.4.2 Informações utilitárias 6.4.3 Leitura
6.5 CRGPL: fontes de informações pessoais	6.5.1 Passado: O Centro comparado a outros presídios 6.5.2 Futuro: Mudança de vida

Fonte: Elaborado pela autora.

Retornamos aos modelos teóricos discutidos no referencial, a fim de verificar quais as categorias dos referidos modelos foram encontradas na análise de dados. Em um primeiro momento, verificamos quais os tipos ideais de domínio de vida sugeridos por Savolainen em seu modelo de busca por informação no cotidiano foram encontrados nesta pesquisa.

Em seguida, as fases e modos do modelo estendido de Mackenzie foram comparados às categorias encontradas na pesquisa, buscando-se verificar se todos os modos de busca e uso propostos pela autora e por Yeoman foram contemplados. Paralelamente, buscamos compreender como os dados são analisados à luz dos conceitos de pobreza informacional e mundo restrito apresentados por Chatman.

No que tange a busca por informação de Savolainen o tipo **cognitivo otimista** se fez presente na subcategoria Futuro: mudança de vida (6.5.2). O caso de uma das entrevistadas demonstra bem a situação. Ela sonha em obter uma tornozeleira para poder cumprir prisão domiciliar, e acredita que o fato de ter um filho menor de idade a ajudará. Outra entrevistada, por sua vez, disse que encara a mudança de vida como uma obrigação, pois é mãe de três filhos que dependem diretamente dela e que, naquela altura, estavam sendo cuidados por sua mãe. Em nenhuma hipótese, as entrevistadas admitiram o contrário, isto é, colocaram em dúvida a possibilidade de serem libertas. De certa forma, esse comportamento serviu de estímulo a essas mulheres para que não desistissem de conquistar ao menos a liberdade condicional.

Por sua vez, o tipo **defensivo afetivo** foi percebido em outros relatos pois, apesar de essas mulheres serem buscadoras de informação a respeito dos filhos, família e companheiros, a situação é precedida por sentimentos como saudade, tristeza, solidão e ansiedade. Neste sentido, temos na categoria O CRGPL (6.5); na subcategoria Sentimentos e Emoções (6.3) e na subcategoria Saudade (expressa por tristeza, depressão ansiedade – 6.3.1), relatos em que as apenas procuram se manter informadas sobre a vida dos filhos, porém preferem não receber fotos deles para não aumentar a saudade

Ainda na subcategoria Sentimentos e emoções, encontramos o tipo **afetivo pessimista**, quando, por exemplo, as apenas procuram utilizar seu tempo com atividades de limpeza, estudo ou trabalho, tentando dessa maneira alterar seu cotidiano. Neste tipo, a busca sistemática por informação se torna menos relevante.

Finalmente, o tipo **cognitivo pessimista** pode ser mencionado na subcategoria Acesso a informações jurídicas (6.4.1), em particular nas situações em que, ao ter contato com seu defensor, algumas entrevistadas não conseguem obter as informações de que necessitam, por ter vergonha de perguntar, ou conforme outra entrevistada disse não conseguir os resultados esperados por causa da alternância entre defensores que não trocam informações sobre seu processo entre eles. Desse modo, o problema não é

resolvido da melhor maneira, ainda que as presas busquem pela informação para solucioná-lo.

No que concerne ao Modelo Bidimensional de Mckenzie, a **busca ativa**, em que o indivíduo estabelece contato com uma fonte identificada, tendo para isso empreendido, por exemplo, alguma estratégia, questionamento ou pergunta, pôde ser identificada na categoria Gestação (6.1), quando, uma das entrevistadas, afirmou que, durante as consultas médicas, aproveitava para tirar d vidas, principalmente por sentir-se mal frequentemente, o que não ocorreu, segundo seu relato, na gesta o anterior. Nesse caso encontramos a fase intera o, pois a presa realiza estratégia ativa de busca por informa o através de perguntas pr -elaboradas. Outra maneira de buscar por informa o através de **busca ativa**   por meio da família (mencionada várias vezes na categoria Gesta o (6.1) e suas subcategorias). Segundo as entrevistadas, a família funciona como fonte de informa es pessoais, inteirando-as sobre a situa o dos filhos, companheiros e outros familiares, bem como sobre o que acontece por det rs dos muros.

O modo **Varredura ativa**, em que a pessoa se encontra em locais cuja probabilidade de a informa o ser encontrada   iminente, em consonância com a observa o e por meio da escuta ativa, foi encontrado na categoria Gesta o (6.1), quando Magnólia disse não ter o costume de tirar d vidas com outras presas, mas, ficava atenta nas conversas das demais, principalmente quando se tratava da guarda dos filhos.

A fase pertencente a este modo relaciona-se   conexão, pois neste caso, Magnólia apenas identificou uma fonte informacional, não demonstrando interesse em manter contato com a mesma.

O modo **Por procura o** também foi encontrado na subcategoria Informa es sobre a Gesta o (cursos, sexo e saúde do beb ), pois no Centro algumas palestras são realizadas a respeito de assuntos sobre saúde da mãe e beb  e questões de higiene. Este modo foi encontrado na subcategoria Gesta o (informa es dadas no curso sobre sexo e saúde do beb  (7.1.3). Como neste modo a informa o   obtida por meio de terceiros, a informa o chega até essas mulheres por meio destas palestras, sem que elas tenham empreendido uma busca ativa.

Não foi percebido nos relatos o modo **Monitoramento não direcionado**, pois as presas têm acesso apenas ao ambiente do cárcere, sendo este, como nos mostra Chatman (1999), um ambiente restrito. Assim, a possibilidade de encontros fortuitos ou ao acaso com a informa o em locais inesperados não ocorre.

O **compartilhamento** de informação, quando os sujeitos se tornam fontes de informação para outros na rede de interações, conforme versão estendida de Yeoman (2010) foi percebido na subcategoria Leitura (6.4.3), quando algumas presas disseram ler um livro e depois compartilhá-lo com outra presa.

No que concerne ao uso da informação, as presas se utilizam dos aparatos disponibilizados a elas como mencionado anteriormente como por exemplo, acesso aos setores jurídicos, de saúde dentre outros, dessa maneira, elas conseguem compreender melhor sua situação no cárcere e podem melhor se preparar para o retorno ao convívio social extra muros, este fato pode ser encontrado na categoria Informações jurídicas (6.4.1) quando algumas entrevistadas disseram estar cientes do tempo restante de pena a cumprir, apesar delas terem acesso ao setor jurídico, ainda assim, prevalece a confiança em sua própria contagem de tempo.

O fato de compreender melhor sua situação ajuda essas mulheres na tomada de decisão sobre questões do dia a dia, contribuindo dessa maneira, na escolha sobre o melhor caminho a seguir para resolução de algum problema como por exemplo, quando elas passam mal devido a aproximação do parto o melhor a fazer é solicitar ajuda, mesmo quando existir a desconfiança das agentes sobre se a hora do parto chegou ou não, como no exemplo de uma entrevistada, que relatou a situação de uma presa que quase chegou a ter seu filho no banheiro, este fato é esboçado na subcategoria Parto (6.1.5), a entrevistada neste caso, transmite para outras presas aquilo que presenciou, ou seja, quando se está passando mal, o melhor a fazer ainda é insistir para que o atendimento correto lhes seja prestado.

Muitas foram as situações encontradas relacionadas ao cotidiano do cárcere, no que tange a barreiras informacionais, a dificuldade de relacionamento com outras presas, às questões das fontes internas como conversas entre presas e agentes sobre saúde, pena e ou assuntos do cotidiano. Priorizar a informação dentro de um "mundo pequeno" segundo a autora é algo valioso no cárcere. Assim como nos estudos de Chatman (1999), encontramos barreiras no quesito acesso aos defensores públicos. Na subcategoria Informações jurídicas (6.4.1), uma das entrevistadas, disse que um dos problemas enfrentados por ela, é devido a falta de contato com os defensores e, quando o mesmo acontece, disse não existir uma continuidade do processo com o mesmo defensor, sendo este substituído constantemente.

A troca de informações entre presas mais velhas de cárcere com as mais novas acontece devido a experiência que as mesmas adquiriram com o tempo.

As agentes penitenciárias também são consideradas fontes de informação úteis, pois segundo alguns relatos, elas forneceria informações mais confiáveis do que algumas presas. Este fato pode ser visualizado na categoria Acesso a informação (7.4).

Na categoria Maternidade (6.2), encontramos relatos parecidos com os do estudo de Chatman, muitas dessas mulheres convivem com a preocupação a respeito de como estarão vivendo seus filhos, como o ocorrido com Girassol, ela convive dia e noite pensando nos filhos que se encontram em uma família substituta.

Com relação a leitura e o uso da biblioteca, percebeu-se uma inclinação das detentas por livros que abordam direitos e prerrogativas prisionais. Além dos livros, tais temáticas também são preferidas em filmes, programas e telenovelas. Para muitas delas, a leitura torna-se um acalanto quando a solidão, o medo e o vazio aparecem.

Conclui-se que, o cárcere faz com que as apenadas privadas do convívio externo, sobretudo familiar, lutem para ter de volta tudo o que lhes foi retirado, sobretudo a liberdade, além de recuperar a dignidade que também lhes foi ceifada. Para tanto, mesmo com as dificuldades impostas pelo cerceamento, as apenadas, regra geral, buscam informar-se utilizando as ferramentas que o ambiente permite. Entretanto, por mais hostil que o ambiente prisional possa parecer, a realização de práticas para suprirem suas necessidades informacionais não deixam de acontecer.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila, O que são "práticas informacionais"? **Inf. Pauta**, Fortaleza, CE, v.2, número especial, p.218-236, out. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655/31068>>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- ARTUR, Angela Teixeira. **As origens do "presídio de mulheres" do estado de São Paulo**. 2011. 157f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31052012-163121/pt-br.php>>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- BARROS, Flávia Moraes Moreira. **Protagonismo nas práticas informacionais de mães de crianças alérgicas**. 2016. 186f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-AMWJ3T/dissertacao_fl_via_moraes_moreira_barros.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. Decreto - lei nº 2848 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 jan.1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 4 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out.1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 2 nov. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok**: Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Brasília, DF, 2016c. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/27fa43cd9998bf5b43aa2cb3e0f53c44.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

CABRAL, Ana Maria Rezende. A Ciência da Informação, a cultura e a sociedade infomacional. In: REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria Rezende (org.). **Informação, cultura e sociedade**: interlocuções e perspectivas. Belo Horizonte: Novatus, 2007. p. 29-48.

CHATMAN, E. A. Theory of life in the round. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 50, n. 3, p. 207-217, 1999.

FRANÇA, Marilene Helena de. **Prisão, tráfico e maternidade**: um estudo sobre mulheres encarceradas. 2013. 238 f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2013. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/bitstream/tede/7302/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

LOPES, Rosalice. **Prisioneiras de uma mesma história**: o amor materno atrás das grades. 2004. 245f. Tese (Doutorado em Psicologia)- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-30012008-141820/pt-br.php>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MARIN, Isabel da Silva Kanh. et al. Tornar-se mãe num presídio: a criação de um espaço potencial .In: REIS. et al. (Org). **Maternidade e Sistema prisional**. - Temas em Debate. Laboratório de Saúde Mental Coletiva da Faculdade de Saúde Pública, USP, 2014.

MCKENZIE, Pamela J. A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 1, p. 19-40, 2003. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/00220410310457993>> Acesso em: 19 nov. 2017.

MELLO, Daniela Canazaro de. **A Maternidade no meio prisional**: vivências de mães encarceradas na realidade brasileira e portuguesa. Rio de Janeiro: Lumen Juris 2016.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Thomson Learning, 2004. 152 p.

ROCHA; DUARTE; PAULA. Modelos de práticas informacionais. **Revista em Questão**. v. 23, n. 1, p. 36-61, jan/abr. 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/67014/39098>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeking the context of "way of life". **Library & Information Science Research**, v. 17, p.259-294, 1995. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0740818895900489>>. Acesso em: 20 nov.2017

SAVOLAINEN, Reijo. Everyday life information seeking. In: FISHER, Karen; ERDELEZ, Sanda; McKECHNIE, Lynne. (Eds.). **Theories of information behavior**. Medford: Information Today Inc, 2005. p. 143-148.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the "umbrella concepts" of information-seeking studies. **Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007. Disponível em: <<http://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/517840>>. Acesso em: 22 nov. 2017

SCHIRMER, Sarah; NELLIS, Ashley; MAUER, Marc. The sentencing project- Research and advocacy for reform. Incarcerated parents and their children- trends 1991-2007. Washington, 2009. Disponível em: <<http://www.sentencingproject.org/wp-content/uploads/2016/01/Incarcerated-Parents-and-Their-Children-Trends-1991-2007.pdf>>. Acesso em: 12 nov.2017

TUOMINEN, Kimmo; SAVOLAINEN, Reijo. A social constructionist approach to the study of information use as discursive action. In: **Proceedings of an international conference on Information seeking in context**. Taylor Graham Publishing, 1997. p. 81-96.

TUOMINEN;TAJLA; SAVOLAINEN. The social constructionist viewpoint on information practices. In: FISHER, Karen; ERDELEZ, Sanda; McKECHNIE, Lynne (Eds.). **Theories of information behavior**. Medford: InformationTodayInc, 2005. p. 328-333.

YEOMAN, Alison. Applying McKenzie's model of information practices in everyday life information seeking in the context of the menopause transition. **Information Research**, v. 15, n. 4, 2010. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/15-4/paper444.html>> Acesso em: 12 nov. 2017.

Recebido em: 03 de dezembro de 2017 Aceito em: 07 de fevereiro de 2018
